



Fellipe de Andrade Abreu e Lima

Research Assistant Harvard University 2011 e Ph.D. Visitor Fellow (Sandwich Doctorate in Harvard University - Department of Art and History of Architecture). Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Mestre em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo/Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). Doutorando em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Membro Fundador da AEAULP (Academia das Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa - Lisboa). Professor, tradutor e profissional liberal. E-mail: fellipe@usp.br

MITO E REALIDADE NA ARQUITETURA

Resumo

Este ensaio histórico-filosófico pretende defender a ideia de que habitar é a ação primeira do ser humano e que o ato de habitar é concomitante ao de construir. Ainda pretende elucidar que habitar ou construir nasce da apropriação individual do espaço e que este é produto do ato de habitar, também concomitante à sua ação. Habitar é, neste sentido, o ato essencial do homem enquanto ser mortal, tornando-se um ato social apenas num instante secundário ao do indivíduo. Neste sentido, o espaço sendo construído a partir do habitar de um lugar, concluiremos que o lugar é o produtor do habitar deste mesmo lugar. Em outras palavras, as diretrizes de um projeto de construção ou arquitetar um espaço, pensá-lo, estão no lugar em si, sendo o seu construtor o intérprete do espaço. Arquitetar torna-se, assim, pensar através de uma linguagem o espaço de um lugar. Habitar é, por linguagem, construir o espaço: pensá-lo.

Palavras-chave: Arquitetar. Construir. Habitar. Mito. Crítica.

Abstract

This philosophical essay intends to defend that the idea of to inhabit is the first human action and that the action to inhabit is concomitant to the act of to construct. Still intends to elucidate that to inhabit or to construct born from the individual appropriation of the space and that this is a product of the action to inhabit, also concomitant to its action. To inhabit is, in this direction, the essential action of the man while mortal, becoming a social action only in one instant, secondary, that the first one to the inhabitant. In this direction, the constructed space from inhabiting of a place, we can conclude that the place is the producer of inhabiting of this exactly place. In other words, the lines of project of a construction or to architect a space, to think it, are in the place in itself, being its constructor the interpreter of the space. To planning, to construct or to architect becomes, thus, to think about a language from the space in the place. To inhabit is, for language, to construct the space: to think it.

Keywords: To Architect. To Construct. To inhabit. Myth. Critical.

“O homem se comporta como se ele fosse criador e senhor da linguagem, ao passo que ela permanece sendo a senhora do homem.”

Martin Heidegger²

1 A REALIDADE DO HABITAR, CONSTRUIR E PENSAR

Naveguemos por questões amplas acerca da arquitetura. Arquitetura entendida como fenômeno do espaço, criado pelo homem. Considerando esta dificuldade de se entender o espaço em termos de linguagem, devemos ressaltar que a própria concepção de espaço muda com o tempo e com o próprio espaço. Espaço – em grego Πέρας, em latim *spatium*. Designações de uma mesma ideia. Independente do meio e do tempo, a arquitetura nasce quando o ato de habitar ou construir o espaço é produto da episteme humana. Abrigar, sentir, viver e passear no espaço, são situações secundárias e que acontecem após o seu nascimento. Por outro lado, para que haja sua produção social – não enquanto obra de um indivíduo para si mesmo – é necessário que haja uma divisão social do trabalho, surgida apenas após a idéia de sociedade ou grupo. Já a divisão social do trabalho por si mesma, pressupõe que haja uma organização social que ocorre num determinado meio: esta é a nossa idéia de cidade. Os demais fenômenos

urbanos e sociais surgem concomitantemente numa variação e evolução histórica que apresentam variáveis dentro do tempo e do espaço. Sobre este aspecto do surgimento da cidade e da sociedade o teórico Lewis Mumford nos esclarece que:

A composição humana da nova unidade transformou-se igualmente mais complexa; além do caçador, do camponês e do pastor, outros tipos primitivos introduziram-se na cidade e emprestaram sua contribuição à sua existência: o mineiro, o lenhador, o pescador, cada qual levando consigo os instrumentos, habilidades e hábitos de vida formados sob outras pressões. O engenheiro, o barqueiro, o marinheiro surgem a partir desse fundo primitivo mais generalizado, em um ou outro ponto da seção do vale: de todos esses tipos originais, desenvolvem-se ainda outros grupos ocupacionais, o soldado, o banqueiro, o mercador, o sacerdote. Partindo dessa complexidade, criou a cidade uma unidade superior.³

A ideia de Mumford, contudo, citando o ofício de engenheiro ou construtor não nasceu antes da de arquiteto. A técnica de habitar, morar, viver num espaço ou planejá-lo é, muito

²HEIDEGGER, 2002, p.126.

³MUMFORD, 1998, p. 37-38.

provavelmente, a mais antiga das técnicas, pois é a primeira busca do *homus aedificandi*. As diversas concepções de arquitetura não retiram o fato do habitar ser uma condição primeira do homem enquanto ser ontológico. A teoria da arquitetura procura responder a algumas questões neste sentido. O romano Vitrúvio não estabelece bases sólidas sobre esta questão, que começa a ser colocada nos idos do século XV com os teóricos do Renascimento. O marco inicial deve-se aos conceitos de Leon Battista Alberti, principalmente ao de *concinnitas*. Para Alberti, arquitetar pode ser entendido como sendo um ato que se aproxima do conceito de Martin Heidegger de construir. Arquitetar é construir, mesmo que seja entendida como “omnia materia exclusa”. Esta justificativa pode ser entendida por Heidegger como:

Construir significa edificar lugares que propiciam estância e circunstância à quadratura. ... Resguardar a quadratura, salvar a terra, acolher o céu, aguardar os divinos, acompanhar os mortais, esse resguardo de quatro faces é a essência simples do habitar.⁴

Seria mesmo arquitetar um ato de construir e de habitar, concomitantes, mesmo que além da própria matéria? O ato projetar ou arquitetar é para Alberti o ato inicial de se compreender o, e no, espaço. Do mesmo modo,

parece que Heidegger entende que pensar é o ato inicial do habitar ou construir. Partindo desta premissa, o primeiro pensamento de habitar foi, muito provavelmente, não construtivo ou arquitetônico, mas primitivo no sentido instintual do ser humano, mais animal que racional. Apesar de conhecermos o sentido de construir e habitar – conseqüentemente o de pensar – em muitos animais que classificamos como irracionais, o ato de proteger-se faz surgir o sentido de espaço, o ato de pensá-lo e criá-lo sem prévia especulação epistemológica latente. Neste contexto de discussão ontológica, Heidegger afirma que:

Construir e pensar são, cada um ao seu modo, indispensáveis para o habitar. Ambos são, no entanto, insuficientes para o habitar se cada um se mantiver isolado, cuidando do que é seu ao invés de escutar um ao outro. Essa escuta só acontece se ambos, construir e pensar, pertencem ao habitar, permanecem em seus limites e sabem que tanto um como outro provém da obra de uma longa experiência e de um exercício incessante.⁵

A nossa compreensão acerca da arquitetura parece estar tomando um caminho de difícil aceitação: a arquitetura é um ato tão primitivo quanto nós mesmos; é primitiva por que assim somos nós mesmos e não nos damos conta de que pouca diferença há entre nossas

⁴ HEIDEGGER, 2002, p.138.

⁵ HEIDEGGER, 2002, p.140.

construções e a dos animais. A construção é um ato aquém do racional, entre o primitivo e a razão que nos governa, impulsionado pelo instinto ontológico. Neste percurso simbólico, o primeiro espaço construído é o que nos dá sentido de espaço. Túmulos e sepulcros carregam esta função ontológica de identificação e formação de um espaço coletivo. Numa situação-limite, no âmbito do *morbis aedificandi*, é a construção dos primeiros túmulos e monumentos funerários que, por óbvios motivos, geralmente não podiam ser erigidos pelos ilustres defuntos que iriam ocupá-los – a não ser naqueles casos em que mandatários prevenidos já tomavam em vida as iniciativas necessárias para concluir suas tumbas antes dos próprios óbitos. Spiro Kostof, estudando os significados e razões para os primeiros assentamentos urbanos, afirma que é válida a suposição segundo a qual os arquitetos existiram a partir do momento em que houve o desejo de um ambiente artificial sofisticado⁶. A arquitetura, como profissão, começou não com a construção da casa do comum dos mortais, mas sim com a construção do templo e, principalmente, do túmulo. A cidade primitiva ou a casa primeira, habitação ou cidade, nasce com um propósito simbólico. Os mitos religiosos são constantemente relidos e serviram a autores desde Leon Battista Alberti, passando por Antoine Laugier e chegando a Adolf Loos

para criarem suas interpretações sobre a primeira cabana. O crítico de arquitetura contemporâneo Joseph Rykwert esclarece sobre a cabana primitiva, que:

O éden não era uma floresta crescendo selvagem. Um jardim do qual o homem deveria cuidar, 'cultivar e guardar' pressupõe uma disposição ordenada de plantas em canteiros e terraços. Entre as fileiras de árvores e canteiros de flores por certo existiriam lugares para andar, sentar e conversar. Talvez os frutos das árvores fossem suficientemente variados para satisfazer todo o desejo humano, ou melhor, adâmico, pela variedade; e talvez a fermentação não estivesse entre as habilidades de Adão; entretanto, se algo como o vinho fosse introduzido no jardim, isto sugeriria jarros e copos e estes, por sua vez, armários e aparadores, e então salas, despensas e tudo o mais: uma casa, de fato. Um jardim sem uma casa é como uma carruagem sem cavalo.⁷

Esta afirmação de Rykwert acerca do jardim em relação com a casa consolida-se apenas quando a colocamos dentro do contexto histórico dos objetos referidos, pois, se o homem do século XXI entende o jardim como um espaço parcialmente natural, planejado por ele mesmo em relação a uma casa ou construção, e que foi

⁶ KOSTOF, 1991, p.9. Tradução nossa.

⁷ RYKWERT, 2009, p.3.

produzido para seu deleite no contexto de oposição ao mundo super industrializado, o jardim do mundo de Adão seria parte inseparável do próprio habitat do homem primitivo. Acerca de semelhante tema edificatório notamos que é necessária uma competência específica para ser concretizada qualquer construção ou espaço edênico, e esta competência dificilmente seria encontrada num artífice ou construtor que não entendesse neste fenômeno de construção um ritual cosmogônico que refletisse seu mito de criação. Por seu lado, a consolidação dos mitos religiosos também deve ter contribuído para o aparecimento do construtor profissional. A necessidade da construção de um templo colocava uma questão desconhecida pela sociedade arcaica: se competia a cada indivíduo construir a própria casa, podemos colocar a questão de a quem competiria construir a casa de uma divindade. Por mais prodigiosa que pudesse ser, a divindade não edificava nem edifica nada; era e ainda é fundamental que uma pessoa ou coletividade se encarregasse da tarefa. Construindo um templo, ou mesmo uma tumba, o homem não está mais construindo para si próprio, mas para terceiros; isso configura, de certa maneira, um serviço: notadamente nos termos sociológicos compreendidos nos dias de hoje. Assim sendo, construir um templo, um sarcófago ou tumba, objetos sagrados que sejam além de uma casa ou habitação familiar, embora constitua uma experiência singular, representa um passo importante para a definição da profissão do construtor ou arquiteto, ou de um conhecimento diferenciado, que assim o seja, da simples construção do

próprio habitat; da cabana.

Uma tipologia arquitetônica nova, como um templo, surgiu, bem provavelmente, após a casa, abrigo ou caverna de proteção, e sem dúvida exigia um tipo de abordagem ainda não experimentado que implicava um acréscimo no plano do conhecimento. Sobre que tipo de edificação seria adequada a esta entidade sobre-humana podemos apenas especular. Muitas tradições e culturas míticas atribuem à própria divindade o enunciado daquilo que considerava digno de sua especial condição. O conhecimento de como construir o templo deveu-se a uma declaração dos próprios deuses através dos mitos e concretizadas nos respectivos ritos. O mito possui, em contraposição ao logos, a função de esclarecer o que não há explicação momentânea. Diferentemente do que aceitamos hoje como verdade temporária, os mitos eram – e em muitos casos ainda o são nos dias de hoje – vivo, no sentido de possuírem a função primordial de fornecer os modelos para as culturas humanas; modelos estes que conduzem a nossa conduta, e neste sentido, de alto valor de significado para nossa existência. Parece que somos, por esta outra razão, vítimas de nosso desconhecimento de nós mesmos, de nossa história antiga, de nossa ancestralidade. Não obstante, e reforçados por nossa ignorância, sacralizamos o mito do éden e do surgimento do homem por desejo divino através de Adão ou dos adãos noutras culturas. As ‘Sagradas Escrituras’ estão

plenos destes mitos, desde o 'Bereschit Raba' até evangelhos do novo testamento ou mesmo dos apócrifos. São inúmeras as referências a esse tipo de fenômeno mítico. Moisés, por exemplo, é descrito como tendo recebido de Deus particularizações sobre a construção de um santuário.⁸

O mito, como o anunciado, relata o fenômeno de criação original, seja ele o nascimento de um deus ou de uma casa. Este tempo primordial, 'tempo do fabuloso princípio' – termo usado por Mircea Eliade – seria o esclarecimento do que não pode ser explicado entre os homens, ou seja, o que lhe é divino. Vale considerar que a própria ideia de divino foi uma criação mítica, construída para esclarecimento temporário do que não conhecemos. Vale ainda ressaltar que a revelação destes mitos pelos deuses ensina-lhes, ou ensina-nos, as histórias primeiras, os acontecimentos iniciais que justificam o surgimento da realidade e de tudo que existe. O ato humano, sendo todo ele um reflexo do ato ab origine, reflete o surgimento inicial, constituindo-se assim um paradigma humano em essência. Neste contexto, explica-se de modo irracional⁹ o motivo pelo qual os mitos são vivos nas

sociedades que os vivem e os adotam para explicar seus paradigmas. Por este motivo, a compreensão da cabana primitiva ou da primeira habitação deve ultrapassar a compreensão heideggeriana acerca do habitar, construir ou pensar. A única compreensão efetiva acerca da primeira cabana deve entendê-la num contexto histórico de intenção primeira; efetivamente impossível para nós nos dias de hoje. Apesar do exposto, as especulações podem esclarecer alguns pontos sobre o que é o ato de arquitetar e sobre a conceituação mais verdadeira do que seria arquitetura. É nestes termos que os mitos da primeira arquitetura que foi feita, ou qualquer mito que seja, não pode ser objetivado com intenção de esclarecimento científico, mas como uma narrativa que nos faz reinterpretar a realidade primeva e que nos satisfaz dentro de nossos próprios paradigmas e necessidades, mesmo que sejam estas práticas.

O mito torna-se assim, um elemento essencial da vida humana, longe de ser uma fábula ou estória inútil. Podemos inclusive arriscar a dizer que os mitos foram um passo inicial necessário às civilizações para empreender seus destinos. Na arquitetura, em especial, toda criação pode ser entendida como

⁸Na Bíblia: "E me farão um santuário, e habitarei no meio deles. Conforme a tudo o que eu te mostrar para modelo do tabernáculo, e para modelo de todos os vasos, assim mesmo o fareis" (Êxodo, capítulo 25, versículos 8-9).

⁹É necessário sublinharmos que este ensaio apresenta formas paradigmáticas dos próprios conceitos de "racional, racionalidade irracional ou irracionalidade". No mundo moderno e contemporâneo, desde o surgimento da psicanálise no fim do século XIX, passando pelas guerras mundiais e desembocando no mundo globalizado, os conceitos anunciados transformaram-se de muitas maneiras e em muitos aspectos. O embate entre ciência e religião nos demonstra a dramaticidade colocada. Para qualquer efeito, esclarecemos que este ensaio não pretende colocar o ser humano num posto desqualificado ou inferior frente à natureza ou frente a qualquer outra espécie viva, mas apenas criar uma reflexão crítica sobre si mesmo, considerando que esta seja a primeira condição necessária para a própria e melhor compreensão do mundo e da realidade.

uma restauratio, reproduzindo a idéia primitiva de cosmogonia universal. A casa dos deuses, por exemplo, o Panteão, pode ser entendido como a recriação mágica e divina do mundo. Este ato de retorno ao nascimento renova-se a cada criação, dando-nos a esperança de renascimento contínuo. Ato que repetimos até a contemporaneidade, mas que nas sociedades que denominamos ‘arcaicas’ eram, e são, parte indissociável da própria realidade, sem a qual não justifica-se ou entende-se a si mesma. A unidade destas sociedades é entendida apenas com a existência dos seus mitos, refletida nos seus ritos e concretizada na sua cultura. Portanto, em termos mais explícitos, a cosmogonia é o modelo exemplar de toda a criação. Todo ato humano é, portanto, recriação do ato primeiro, ato divino de criação. Todos os elementos da arquitetura são, categoricamente, espelhos de um ato primeiro. Mircea Eliade nos esclarece acerca deste fenômeno afirmando que:

Fazer bem alguma coisa, trabalhar, construir, criar, estruturar, dar forma, informar, formar – tudo isso equivale a trazer algo à existência, dar-lhe ‘vida’ e, em última instância, fazê-la assemelhar-se ao organismo harmonioso por excelência, o Cosmo. Ora, o Cosmo, repetimos, é a obra exemplar dos Deuses, é

sua obra-prima.¹⁰

Efetivamente não se pode começar algo sem que se conheça este algo ou sem que se saiba sua origem. Este ensaio, que pretende conceber especulações sobre a origem da arquitetura, deve considerar que o primeiro arquiteto parece-nos, por hora, ser o criador da primeira cabana, e não aquele que se abrigou pela primeira vez. Entrar na caverna, proteger-se da natureza mesmo fazendo parte dela, não nos parece caracterizar o ato criador de algo exterior à naturans naturata: a arquitetura. Parece-nos que, de acordo com as especulações heideggerianas, ‘Construir e pensar são, cada um ao seu modo, indispensáveis para o habitar, mas não são construir, ao menos em entendimento momentâneo. Ambos são, portanto, insuficientes para o habitar, entendendo que cada um se mantém isolado, cuidando do que é seu ao invés de escutar um ao outro. Nos termos de Heidegger, o habitar só existe se os construir e pensar pertencem, concomitantemente a ele, e que a longa experiência e o exercício incessante precisam atuar eternamente. Seguindo este raciocínio, o habitar que pode ser entendido conceitualmente como arquitetura e suas relações de espaço, ou vice versa, - a arquitetura se fazendo com o habitar e suas relações de espaço – procede-se à construção

¹⁰ ELIADE, 2007, p.35.

e pensamento. O pensamento efetiva-se no meio intelectual e epistêmico, imaterial em sua essência. Já o construir defini-se com a atuação do homem na natureza. Neste momento de *instauratio*, ou de criação da cabana primeva, da casa primitiva ou da primeira arquitetura, é necessário que haja a intenção de transformar a natureza, e não apenas de usá-la na forma como nos é dada. Nestes termos, a arquitetura é um elemento externo, que por suas propriedades satisfaz necessidades humanas, de qualquer natureza, biológicas, sentimentais, míticas ou psicológicas.

Túmulo, templo, jardim, praça, casa, construções, pontes, todos os elementos da arquitetura material satisfazem necessidades humanas e precisam ser pensadas de forma imaterial antes de existir. O túmulo, por exemplo, é uma narração cerimonial da criação. A casa é reproduzida como recriação da primeira em termos míticos. Em suma, executamos rituais coletivos, com valor existente dentro de padrões culturais específicos e variáveis com o tempo e o espaço, que reafirmam nossos valores sociais e que beneficiam toda a sociedade quando são executados. É óbvio que nunca chegaremos à comprovação material da primeira casa, e que estas especulações pretendem criar apenas aproximações. Esta problemática carrega um paradoxo interno a si, mas evidencia que a intenção é condição sine qua non da arquitetura. Talvez os mitos de Prometeu pudessem dizer-

nos algo sobre a origem. Ou antes, mesmo os gregos antigos os povos sumérios pudessem nos esclarecer elementos para algumas questões da atualidade, mas nunca suas próprias questões míticas. Ou poderíamos ainda colocar questões para os primeiros homo sapiens. Pode ser que criemos a ideia mítica que nosso estado pré-histórico de ‘animal não gregário’, caso fosse mais bem conhecido por nós, como ainda os animais não humanos – chimpanzés ou gorilas – pudesse nos responder estas questões, mas não podem. A própria pergunta torna-se mítica, da mesma forma que sua impossível resposta. Estas perguntas, nestes paradoxos, são aporias e, talvez, nunca devam ser colocadas. A dificuldade desta temática ainda esbarra nas construções intencionais de outros animais como os pássaros ou outros mamíferos que habitam nosso mundo; que são construtores tão habilidosos. Joseph Rykwert parece concordar com esta opinião citando uma obra de André Lefèvre datada de 1880 que diz:

A arquitetura não é desconhecida para os animais: o buraco da minhoca, a galeria da formiga, a colméia da abelha, a choça do gorila, a casa, a torre do castelo, o templo e o palácio, todos satisfazem a mesma necessidade, infinitamente diversificada. Uma lei comum pode ser induzida a partir destes, e esta é a lei da adaptação.¹¹

Apesar do exposto, seguindo a doutrina

postulada por Heidegger, parece que apenas a nós humanos é permitida a execução intencional do habitar. Neste sentido, especulemos nestes termos, supondo que seja a arquitetura uma invenção do homem. Numa mesma linha de raciocínio, cabe-nos questionar qual seria o tipo da primeira arquitetura. Uma casa, uma tumba, um túmulo ou um templo. O confronto entre a forma da casa do mortal com a forma da casa da divindade ou do morto a ser enterrado deve ter sido importante fator para a transformação do conhecimento da arquitetura numa categoria intelectual consciente e intencional, pois havia uma diferença a ser observada e compreendida. Estas diferenças, ou sua percepção, constituem estímulos por excelência para a reflexão sobre a realidade; de fato, as formas só são percebidas como formas quando diferentes. A noção de arquitetura, para se manifestar, exigiu a existência de outras tipologias, além da habitação, casa ou túmulo. A primeira só foi primeira quando surgiu a segunda para diferenciar-se comparativamente.

A construção do templo, da tumba, da casa da família ou prole, parece ter sido a tentativa de estabelecimento de uma ideia: a *aedificatoria*. A inserção de significados e de valores simbólicos e rituais na arquitetura primitiva deve ter começado na criação de tipos arquitetônicos sem valor prático prevalecente. A casa primitiva foi, sem dúvida, um abrigo, um

espaço com relações múltiplas que serviram para proteção. A primeira sepultura e tumba, o primeiro templo de veneração a uma divindade, elementos que contemplam propósitos existenciais diferentes, apresentam utilidades místicas, míticas e psíquicas. Ultrapassam o viés utilitário físico, chegando aos aspectos religiosos. A própria existência de elementos como templo ou tumba denotam a presença de uma cultura mais evoluída que a mais ancestral que conhecemos, considerando que já evidenciaríamos a existência de fenômenos que fundamentam os mitos religiosos, e que estão por trás de alguns dos conceitos abstratos que foram o que conhecemos como grupo social. É possível que na consolidação destes mitos esteja a origem remota da revolução urbana, como nos esclarece Lewis Mumford quando afirma que:

Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Constituíam marcos aos quais provavelmente retornavam os vivos, a intervalos, a fim de comungar com os espíritos ancestrais, ou aplacá-los. A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é a

¹¹ LEFÈVRE, 1984, p.11, apud RYKWERT, ibidem, p.11.

precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas.¹²

Neste momento crítico, parece que a cabana surge enquanto ideia apenas quando surgem outras para compararmos entre si. Parece então, que as cabanas disputam a vaga de primazia genética, onde o mito de cosmogênese filia-se num postulado mítico. Parece-nos ainda que a casa, ou melhor, casas, surjam num mesmo instante da sua aglomeração para justificarem suas próprias existências epistêmicas, dando início, concomitantemente, ao que conhecemos como a maior criação do homem: a cidade.¹³

2 MITO E ESTÓRIA DA AEDIFICATORIA

Um paradoxo que, certamente, nos causa estranheza, surge quando nos questionamos acerca da origem da arquitetura. Infelizmente esta questão nos transcende, e seus propósitos utilitários são questionáveis num mundo pleno de barbaridades. Muitos morrem de fome e criamos mansões para alguns dos mortos que foram beneficiados de algum modo. Por outro lado, ainda estamos criando e projetando casas-grande e senzalas para os vivos, reforçando a barbaridade para a

eternidade. Sem sair do tom jornalístico, podemos especular sobre o enorme salto qualitativo no *morbis aedificandi* quando o homem pretendeu criar um túmulo para seus semelhantes. Bem provavelmente, o que conhecemos como arquitetura funerária nasceu a partir da ideia de monumento, e assim nasceram as exigências da competência na arte de construir.

A conceituação ou definição de arquitetura é, e deverá continuar sendo, por muito tempo ainda, múltipla e tensa. Todo teórico e historiador da arquitetura, todo esteta, filósofo e crítico que disserta sobre este tema imagina ter alcançado uma resposta mais precisa ou admissível. Estas diversas opiniões conduziram ao crítico Joseph Rykwert a escrever o seu livro sobre a ideia de arquitetura, desde seus mitos até metade do século XX¹⁴. Desde a Antiguidade, passando pelos gregos, pelos livros sagrados judaico-cristãos, mulçumanos e muitos mitos orientais se ocupam em ressaltar as origens da arquitetura. Esta problemática não ficou por aí. A idade média, a renascença e os séculos seguintes tiveram seus pensadores sobre este tema. Há, contudo uma temática que parece estar vinculada a toda e qualquer concepção que tenha existido sobre arquitetura: o tabu. As justificativas decorrem de

¹² MUNFORD, 1988, p. 12.

¹³ Nestes termos, podemos anunciar que uma das conclusões que este ensaio pretende é definir arquitetura como a construção intencional de uma construção, fruto da transformação da natureza, e que surgiu ao mesmo tempo da cidade, e que é, portanto, cidade. Arquitetura é cidade, sendo toda e qualquer arquitetura parte indissociável do contexto geográfico que a circunda, pois é fruto e produto deste.

¹⁴ RYKWERT, 2009.

nossa ideia de necessidade de proteção, de resguardo, abrigo. As especulações de Heidegger sobre o tema não abordam sobre este aspecto a ideia de arquitetura, perpassando o problema filosoficamente num mundo da episteme do ser humano. O tabu que se ressalta neste momento é o tabu do desconhecido e do inexplicável. O problema primeiro da filosofia, a explicação para quem somos e onde estamos parece ser do mesmo grupo sobre as origens ou motivos da arquitetura: a vida e a morte. Sobre este tema, Adolf Loos, um significativo nome da arquitetura no início do século XX, escreveu que:

Quando, ao andarmos pelo bosque, encontramos uma elevação no solo, seis pés de comprimento, e três pés de largura, toscamente amontoada em forma de pirâmide, ficamos sérios, e algo interior nos diz: alguém está enterrado aqui. Aquilo é arquitetura.¹⁵

Este questionamento sobre arquitetura discute sua gênese. A genealogia mítica da arquitetura difere-se da sua gênese científica por ser, paradoxalmente, posta constantemente em crise e cheque. A profissão de arquitetar deve ser a mais antiga de todas, perdendo lugar apenas para a venda do próprio corpo para saciar necessidades básicas da própria vida. Esta profissão de construir, arquitetar o espaço

social, mesma que seja uma habitação familiar, remonta, mais uma vez, ao primeiro arquiteto. Mas onde se encontra arquitetura com genealogia, ou seja, aquela na qual a autoria da obra seja um dado explícito e cientificamente comprovado e, concomitantemente, posto em cheque, e historicamente registrado, é a questão que pretendemos deliberar agora.

O caldeu Gudea, há cerca de 2.300 a.C., foi um dos governantes e arquitetos da cidade de Sírpula ou Lagash, atual Telo¹⁶. Os mitos gregos apontam para um virtual patrono da profissão da arquitetura ao referir-se a uma figura relativamente conhecida: Dédalo, arquiteto, escultor e inventor de uma série de ferramentas. A Dédalo se atribui a autoria do famoso palácio do rei Minos, em Knossos, na ilha de Creta, onde se encontram as colunas cônicas invertidas, com o diâmetro da base inferior ao do topo. Apesar das considerações míticas desta história, parece que se escondem estórias por trás. É muito relevante para este momento que nos encontramos no mundo do conhecimento lembrar que, o mito de Dédalo diz que ele era um homem de mal caráter e maléfico, pois teria assassinado seu discípulo e sobrinho Telo por possuir dons e potencialidades maiores que a sua. É notório que o nosso sistema social como um todo induz à competição e concorrência, e que muitos dos problemas suscitados provocam a ruptura social e profissional, inclusive da

¹⁵ LOOS, 1909. p. 137, apud RYKWERT, 2009, p.20.

¹⁶ Há pelo menos oito estátuas deste construtor, duas das quais estão no Museu do Louvre, em Paris. Uma destas esculturas o mostra com uma régua e um compasso; a outra, com o projeto de uma fortaleza. Ver: SILVA, 2005.

arquitetura. Outro prócere da profissão é o egípcio Imhotep, que cerca de 2.700 a.C. criou a arquitetura com assinatura, ao menos segundo a opinião do renomado historiador Christian Norberg-Schulz, que afirma que este “pode ser considerado o primeiro arquiteto da história”¹⁷. Auguste Choisy e David Jacobs compartilham a mesma opinião acerca do surgimento da primeira assinatura de uma obra de arquitetura como sendo o complexo funerário de Sakkara, feito ou projetado por de Imhotep. David Jacobs assinala, nestes termos, que:

A pirâmide escalonada de Zozer foi o primeiro grande edifício construído em pedra e permanece como uma das maiores estruturas jamais erguidas no mundo. É também a mais antiga edificação a registrar o nome de seu arquiteto. Hieróglifos falando do nome de Imhotep, o inventivo gênio que a construiu, existem ainda hoje.¹⁸

Segue esta mesma referência o historiador da arquitetura Spiro Kostof, quando ressalta que “no Egito, o arquiteto prototípico, Imhotep, era reverenciado por sua grande sabedoria como escriba, astrônomo, mago e curandeiro”¹⁹. O papel técnico, social e inovador deste ‘proto arquiteto’ não é bastante difundido nas lições acerca da teoria e história da arquitetura, mas notadamente conhecido por

alguns de seus especialistas. Além de tudo que foi dito, este tal Imhotep parece ter sido o autor da ideia de mobilizar um enorme número de trabalhadores para as construções dos monumentos faraônicos, ao menos segundo as afirmações do historiador Giorgio Lise, quando afirma que “desta forma, eram atingidos outros dois objetivos: evitar as correrias de aldeia para aldeia de ladrões e criminosos durante os meses de inatividade no trabalho agrícola e dar a uma população heterogênea e dispersa sobre um território vastíssimo a consciência de uma unidade nacional”²⁰.

Mito ou realidade, a nomeação deste egípcio é fundamental para história do ofício do arquiteto e da arquitetura. O mito acerca destes profissionais nos pertence de alguma forma, principalmente no fato de que, segundo o mesmo Kostof, a profissão da arquitetura era uma ocupação hereditária e excludente, envolvendo a preservação sigilosa do conhecimento profissional. Se nas palavras de Kostof, no Egito “os filhos dos arquitetos aprendiam a linguagem secreta com seus pais, e a transmitiam a seus próprios filhos”²¹, nos dias de hoje muitos profissionais seguem a tradição dos pais imaginando a capacidade como sendo hereditária. É relevante lembrarmos que na Grécia antiga, nos tempos de Platão, esta era uma das questões discutidas e problemáticas no

¹⁷ Norberg-Schulz, Christian. 1983, p. 13. Tradução nossa.

¹⁸ JACOBS, 1974, p.26; CHOISY, 1951, p.10. Tradução nossa.

¹⁹ KOSTOF, 1984, p.13. Tradução nossa.

²⁰ LISE, 1985, p.8.

²¹ KOSTOF, Idem. 1984, p.15. Tradução nossa.

seio social. Na obra República, Platão disserta sobre os bons e maus nascimentos, especificamente no Livro X, afirmando que as qualidades e capacidade de uma pessoa não estão no sangue, mas nos astros, e que a tendência ao paternalismo das sociedades é corrosiva ao seu aprimoramento. Imagina-se se os astros platônicos não sejam materiais, mas bem provavelmente a o gênio individual, inexplicáveis e, portanto, míticos. As estórias míticas estão em todas as profissões, e nossas guildas e classes profissionais permanecem até hoje em conselhos corporativos. Em verdade histórica, podemos dizer que as preservação e transmissão dos conhecimentos profissionais se verificam nos sistemas corporativos do período medieval, surgido por volta do século X e somente extinto nos fins do século XVIII.

Através dos séculos, somente um fragmento do entorno construído recebeu a influência da profissão arquitetônica. O requerimento veio dos próprios usuários que podiam permitir-se ao luxo de pagar por estes trabalhos. Tradicionalmente, portanto, podemos afirmar que os arquitetos se relacionaram com os ricos e os poderosos. Seus serviços eram solicitados pelo Estado e pela Igreja, as classes dominantes, os corpos administrativos, e organismos relacionados com negócios, tais

como empresas e sociedades. Esta relação nem sempre assegurava aos arquitetos uma posição favorecida na hierarquia social, porém bastava, minimamente, para separá-lo das categorias trabalhadoras²². Apesar do exposto e das diversas considerações históricas, a mais importante transformação na cultura do ofício da arquitetura foi exercida por Leon Battista Alberti, ao longo do século XV. O seu tratado De Re Aedificatoria ajudou a elevar o status social do arquiteto, transformando-o em membro de uma classe das mais respeitadas até então. Sobre o impacto do tratado de Alberti na cultura do ofício da arquitetura, Choay observa que:

O tratado de Alberti utiliza as conquistas da matemática, da teoria da perspectiva e da física contemporâneas. Leva em consideração e tem como referência o conjunto das atividades e condutas sociais. Entretanto, não se deixa reduzir ou subordinar a nenhum saber exterior, a nenhuma prática política, econômica, jurídica ou técnica. Para firmar sua autoridade, não recorre às apresentações e aos ritos religiosos, aos valores transcendentais da cidade. Fornecendo um método racional para conceber e realizar edifícios e cidades, ele se dá por tarefa, e chega a estabelecer com o mundo construído uma

²² Duas obras chamam a atenção para esta diferenciação profissional pelo seu valor histórico. Aristóteles em sua "A Política" e Platão na obra "Político" ressaltam a diferenciação profissional e classificação entre arte liberal e mecânica. Este tema foi amplamente retomado ao longo do Renascimento. Na arquitetura, Alberti foi exercer um papel inovador e de extrema importância para elevação profissional dos arquitetos. É um tema urgente a ser recolocado no mundo contemporâneo, pois a exploração social inicia-se com este preconceito profissional. Na arquitetura, o ofício tem sido usado para ampliação desta divisão social e não para seu aniquilamento.

relação que a Antiguidade e a Idade Média ignoram e somente a cultura européia terá doravante a temeridade de promover.²³

Depois da civilização egípcia, a civilização grega é a mais difundida nos estudos acerca do fenômeno arquitetônico e sobre as origens da profissão da arquitetura. Além de Platão e Aristóteles como êmulos da teoria dos ofícios, podemos reconhecer teóricos que confirmam esta especulação cronológica. Miticamente falando, a Grécia não apresenta mais uma exaltação exacerbada dos poderes sobrenaturais dos profissionais, nem das pessoas. No mundo grego, houve um reconhecimento de que o mito serve para explicar a existência humana, e a transformação da natureza pelo homem foi “desmistificado ao máximo”. As razões míticas passaram a estar no mundo divino: nos deuses. Claro que estas realidades continuavam, e até hoje continuam, conservando suas realidades ontológicas originais, tão antigas quanto o próprio homem. O processo de desmistificação do homem, realidade que reinou até o mundo grego antigo, foi possível apenas com o surgimento da exorcização do próprio homem. Daí resultou o processo de reflexão histórico-crítico. A história, invenção de Heródoto, nasceu, e com ela as reflexões dos mitos *in illo tempore*. As narrações de Hesíodo e Homero, não histórias, mas

estórias; são explicações míticas que criam seus significados além do homem. Os deuses são os entes capazes de justificar a existência, e para serem compreendidos foram os nossos criadores, e nos criaram à sua imagem e semelhança. Obviamente o mundo grego não considerava que a história pudesse ser alvo de conhecimento. Este fato justifica a descrença de Sócrates no conhecimento escrito: nos livros. Entendendo que nada é fixo ou rígido, ou que tudo é transitório. Estas questões são de extrema importância para nós, num mundo contemporâneo. Sobre esta problemática dos aspectos míticos ao longo da história, Mircea Eliade nos esclarece que:

Foi somente devido à descoberta da História – mais exatamente, ao despertar da consciência histórica no judeu-cristianismo e seu desenvolvimento em Hegel e seus sucessores – foi somente devido à assimilação radical desse novo modo de ser no Mundo que representa a existência humana, que o mito pode ser ultrapassado. Hesitamos, contudo, em afirmar que o pensamento mítico tenha sido abolido. E o mais surpreendente é que, mais do que em qualquer outra parte, ele sobrevive na historiografia.²⁴

O exercício profissional da arquitetura na Grécia parece que era uma questão do mundo

²³ CHOAY, 1985. p.4, apud ABREU E LIMA, 2009. p.105.

político. Segundo Roland Martin²⁵, os gregos encontraram a inspiração e a interpretação de sua arquitetura no cenário político e histórico que ela refletia. Esta era primordialmente uma arquitetura urbana que expressava a cidade-estado cujo tamanho era restrito tanto no sentido prático quanto teórico. Nas suas cidades, os gregos divisaram e aplicaram a estrutura social, econômica e social mais condizentes com o desenvolvimento humano dos cidadãos. Spiro Kostof reforça esta concepção quando nos informa que, “na realidade, não havia, na Grécia, diferença entre a arquitetura, a engenharia e o urbanismo. A responsabilidade do arquiteto ia além do projeto de edifícios, que é o que Vitruvius chama *aedificatio*, um dos três ramos em que se divide a arquitetura. As outras são *gnomonice*, a construção de relógios de sol e outras máquinas para medir o tempo, e *machinatio*, que significa engenharia ou defesas militares”²⁶. Os deuses e deusas gregos dão as explicações míticas do seu mundo, e a arquitetura é produto desta condição social. É certo que nosso mundo arquitetônico é fruto de quem somos e do que acreditamos. Nossas favelas são criações sociais e os arranha-céus são desejos de nossas camadas sociais mais poderosas. Se a deusa Mnemósine era, na Grécia antiga, a personificação da memória e nunca se esquecia de nada, a nossa sociedade esquece-se de tudo

e a história carrega a função de lembrar-nos o que fomos e fizemos. Parece que nada disso nos serve e dormimos dentro do rio Ameles, e parece ser inútil mostrar que nosso problema com a história lembra muito a do homem que rotulamos como arcaico, aqueles que são constituídos por uma série enorme de eventos primordiais relatados em mitos, pois somos míticos demais nos dias de hoje. Os mitos sobrevivem ao mundo grego e chegaram à enorme sociedade Romana. Os arquitetos no império romano trabalhavam de acordo com os mesmos fundamentos de seus administradores. O autêntico arquiteto romano era simultaneamente um político e um soldado que contava com o auxílio de técnicos: seus monumentos não ostentavam o nome de um arquiteto, mas o de um imperador ou magistrado. Com os romanos, o sentido anímico da profissão é inteiramente terreno e pragmático, destituído de conotações sobrenaturais e condicionado pela cultura e política do império. As diferenciações entre as arquiteturas grega e romana são reflexos de suas diferenciações sociais, culturais e míticas, em amplo sentido. O historiador Uniack observa que, “a arquitetura grega é a de um povo de artistas e de filósofos, a arquitetura romana será a de um povo de técnicos. Em Roma, a arquitetura se orienta para programas mais práticos, anfiteatros, aquedutos, termas. Menos

²⁴ELIADE, Mircea. 2007, p.102.

²⁵MARTIN, 1990.

²⁶KOSTOF, 1984, p.28. Tradução nossa.

artista, o arquiteto romano é um técnico notável ao qual se deve o aperfeiçoamento, se não a invenção, da abóbada de aresta e a cúpula sobre trompas”.²⁷

A sucessiva etapa, dentro do nosso caminho historiográfico, de transformação da forma do exercício profissional da arquitetura ocorre no mundo Medieval. O medievo apressou-se em modificar as características essenciais dos construtores. As aperfeiçoadas e cristalizadas características no modelo da chamada arquitetura gótica, ou seja, aquela que corresponde à construção das grandes catedrais que começaram a ser erigidas a partir do século XII, e neste sentido representam transformações de mesmo nível nas cidades, nas sociedades e nos aspectos míticos do período. Na verdade não é unânime a aceitação do termo arquiteto do período medieval. Apesar de o ser no Egito antigo, pela própria denominação social do profissional, o medievo apresenta-se como uma realidade na qual, falar em ‘arquiteto’ seja uma simplificação, pois estamos falando num período que durou mil anos, iniciando na queda do Império Romano e terminando por volta de 1452. Dez séculos se constituem tempo mais do que suficiente para a manifestação de diferenças na forma de exercício de atividade como a arquitetura. Da queda do Império Romano até o advento da Renascença a cultura arquitetônica européia vai

da arquitetura românica até as catedrais góticas, atingindo as primeiras realizações renascentistas de Florença. O nascimento da teoria da arquitetura com Vitruvius também marcou a história deste ofício e ao longo da Idade Média alguns escritos parecem reforçar esta profissão nos termos de classe social trabalhadora.

Apesar das transformações míticas serem constantes e se transformarem junto com a compreensão da realidade, podemos enunciar que o monoteísmo judaico-cristão transformou radicalmente a conformação física e cultural das cidades e do mundo medieval. O exercício profissional na Idade Média foi de submissão às organizações corporativas, que controlavam o processo de formação e o próprio exercício profissional, tanto na arquitetura quanto em qualquer outra atividade. A trajetória de um mestre-de-obras começava no estágio inicial, na condição de aprendiz, passava pela condição de oficial (profissional habilitado para o exercício autônomo) e, finalmente, como reconhecimento de sua competência, a classificação como mestre, ou seja, a capacidade para responsabilizar-se por empreendimentos importantes e para transmitir o conhecimento a aprendizes. Sobre o conhecimento do ofício, duas observações devem ser feitas. Em primeiro lugar, a *ars aedificandi* era considerada uma atividade servil ou mecânica, já que envolvia o

²⁷ UNIACK, 1968, p.15, apud SILVA, 2005.

esforço físico e o uso de braços e mãos; em segundo lugar, o conhecimento exigido para o exercício profissional tinha um caráter sigiloso, ou seja, era zelosamente guardado e compartilhado apenas com aprendizes de confiança. Como mencionamos anteriormente, as contribuições de Alberti à mudança de status profissional e instauração do arquiteto como projetista intelectual de uma obra de arquitetura foi fundamental. É exatamente neste momento que se revela uma nova condição de trabalho no mundo ocidental europeu, e ainda o momento de transformações míticas de grande importância para o ser humano, graças à comprovação científica de infinitude do universo e relatividade cêntrica dos planetas: o Renascimento. O período da renascença, início da Idade Moderna, marca uma série de conquistas, por assim dizer, nos status profissionais. A arquitetura alcança uma posição superior ao do magister operis medieval, o qual, associada às novas modalidades de relações no processo de produção do edifício, reflete-se nas modificações do substrato ideológico e imaginário da profissão. Mais uma vez, as transformações míticas sobre o mundo e sobre o homem afetaram a visão que temos de nós mesmos, de quem somos e do que pretendemos. Sobre esta relação entre os mitos e suas transformações neste período, Mircea Eliade nos esclarece que:

Durante milênios, o

homem trabalhou ritualmente e pensou miticamente nas analogias entre o macrocosmo e o microcosmo. Era uma das possibilidades de se 'abrir' para o Mundo e de participar assim da sacralidade do Cosmo. Desde a Renascença, quando se provou que o Universo era infinito, essa dimensão cósmica que o homem acrescentava ritualmente à sua existência nos é negada. Seria normal que o homem moderno, caído sob o domínio do Tempo e obcecado pela por sua própria historicidade, procurasse 'abrir-se' para o Mundo, adquirindo uma nova dimensão nas profundezas temporais.

Nossa crise existencial ainda não acabou e parece que não vai acabar. Nossa forma de pensamento mítica nos amarra às nossas próprias crenças e incapacidades. No mundo das profissões, a arquitetura é definida como primordial, apesar de seus profissionais serem, em essência, aqueles que deveriam atuar no âmbito da elaboração do projeto das edificações e de suas obras complementares, envolvendo, também, a direção da obra. Apesar disso, este exercício deveria indicar a capacidade e esclarecimento científico necessário para tal tarefa, o que inclui conhecimento e justeza de fundo ético e estético. Conhecer as razões e questões que envolvem os mitos e ritos talvez

²⁸ ELIADE, 2007, p.121.

não seja obrigação primordial daqueles que se ocupam de arquitetura, mas por outro lado, saber sobre os processos míticos que envolvem a arquitetura deveria ser uma condição primária para o exercício profissional. Estamos diante de uma sociedade plural e com problemas plurais. O amplo espectro de ocupações profissionais, e no caso da arquitetura envolvendo da escala dos artefatos domésticos à planificação urbana, uma posição de destaque deve ser dada à tarefa de concepção dos edifícios integrados ao meio urbano.

O mito, contudo, não é uma aceção da verdade em a verdade em si. Não carrega significados de certeza ou erro. Não há critérios de valor nem de moral envolvidos. O mito é uma chave para o modelo ou modelos. O mito sobre a arquitetura, portanto, seu questionamento maior entre os teóricos, perdura desde os antigos até os dias de hoje. Seu questionamento é uma garantia de significação à existência do homem e daquilo que fazemos. O percurso mítico do homem nos conduziu ao mundo atual. Este mundo reflete quem somos e o que pretendemos. A história da arquitetura, tal qual a conhecemos e criamos, tem refletido o individualismo social e não nos damos conta. Criamos uma antologia de belos edifícios, de privilegiados. Selecionamos nas escolas e instituições de ensino as casas-grandes dos eleitos e beneficiários, dos falsos deuses, de príncipes do comércio e de príncipes do sangue nobre e apagamos as senzalas de nossas

avenidas. Vale notar que a ideia de sucesso, aquela mesma cantada pelas mães e esposas, pelos pais e amigos, está intimamente ligada à que sua sociedade evoca, ao acúmulo de bens, ao crescimento material e ao sucesso profissional que se configura em projetos de alto valor econômico e de alta visibilidade. A célebre citação de Marx de que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência tem validade neste momento. Os arquitetos e seus modelos míticos, os modelos de êxito que cultivam; artistas e cientistas exóticos, embelezadores das casas-grandes, enfim, a configuração teleológica que se atribuem não deriva direta e exclusivamente das suas condições reais de atuação.

A arquitetura, desde os fins do século XIX enfrenta uma febre especulativa imobiliária, mas teve sempre diante desta e de seus resultados uma atitude crítica, quando não lhe era ideologicamente hostil. Cresceu sobre as rédeas do Estado e das camadas abastardas. Comunistas trabalham para Estados e capitalistas são serviçais de um sistema impiedoso e agressor. A classe profissional de arquitetos não luta contra seus inimigos e as escolas públicas ensinam a especular o solo em projetos de economia. A questão atual da arquitetura não está mais nos estilos, normas, linhas, partidos estéticos, mas apenas em um: ética profissional com a população e usuários. A razão de ser da arquitetura primeira pode nos explicar a real função desta, mas poucos ou

quase nenhum profissional está capacitado ou habilitado para se colocar esta questão. Mesmo estudiosos críticos otimistas reconhecem que não há caminhos plausíveis sem reformulações agressivas no âmbito da arquitetura e seu ensino. Edgar Graeff, por exemplo, mesmo sinceramente comprometido com a generosa idéia de encontrar um correspondente do realismo socialista no plano da arquitetura, reconhecia o conteúdo político da arquitetura produzida para as elites. Comparando a habitação do homem comum com o palácio residencial do governante de um país, Graeff considera o segundo mais importante, dentro de uma proposta hierarquia dos edifícios.

Mesmo admitindo a relevância da habitação de interesse social, Graeff destaca a significação social do palácio, argumentando que “o palácio, e mesmo o palácio do príncipe, lá onde existem, é mais importante do ponto de vista social do que a edificação de uso privado, porque a habitação comum, por necessária e urgente que possa ser, continua sempre e apenas o abrigo de um indivíduo, de uma família comum, igual a milhões de outras famílias, enquanto o palácio, sob certos aspectos, pertence a todos, à comunidade inteira”²⁹. Vivemos e ouvimos estórias de arquitetura, mas ainda não a fazemos comumente nem somos ensinados a fazê-la, pois nossos eruditos docentes nem mesmo sabem do que se trata. Esta convicção, a de que o edifício

governamental é um edifício público, é a base ideológica da racionalização que justifica a prioridade que a arquitetura da burocracia recebe na arte brasileira e mundial. Mas como sabemos, na realidade, nem todo edifício governamental é um edifício público, no exato significado do termo. A caracterização da procedência dos recursos financeiros não caracteriza a modalidade de uso do objeto. O verdadeiro edifício público é aquele que pode ser utilizado pela coletividade e é feito para o bem comum, de forma difusa e subordinada a protocolos.

As questões relacionadas aos mitos e ritos da vida e da arquitetura parecem cair no vazio da realidade. As histórias da arquitetura são pouco verídicas, pois não olham para a essência desta arte necessária do homem: o habitar, o construir e o pensar são a mesma coisa, uma trindade inseparável. Poderíamos nos perguntar neste instante quais nossos modelos de pensamentos sobre nós mesmos e sobre nossa visão de arquitetura. Em verdade, não sabemos como extraímos as respostas, caso as tenhamos. A atuação profissional está plena de mitos e rituais irracionais, com seus conteúdos desconhecidos à razão e plenos de significados ideológicos.

Marx afirmou categoricamente que não é a consciência que determina a existência, mas é a existência que determina a consciência. Esta afirmativa, no entanto, como já coloquei,

²⁹GRAEFF, 1979, p.38.

anteriormente, não é uma lei, nem resultado de uma observação empírica, mas uma posição puramente filosófica e, como tal, insuscetível de demonstração, irrefutáveis por definição. O mundo real nos conduz a crê nesta observação do autor alemão. Mas pretendemos que a nossa consciência determine nossas escolhas. A esta questão devem seguir outras para o aprimoramento da mítica estória da *aedificatoria*.

3 CONCLUSÕES

A crise que o mundo vive nos dias de hoje, apesar de não haver um passado glorioso e pacífico, abarca todos os ramos do conhecimento. Algumas áreas, como a arquitetura e o urbanismo, ou suas demais áreas afins como paisagismo, restauro, teoria e crítica da arquitetura, conservação, e outras mais, enfrentam a problemática da relativização do seu conhecimento e da ausência de regras ou postulados reais para sua discussão e aprimoramento científico. É notório que nestes ramos intelectuais haja a existência de discussões e diálogos infundáveis, exatamente pela incapacidade crítica dos seus autores; doutores voltados a si mesmos, à sua própria existência epistemológica.

Incapazes de incursões ontológicas, éticos ou estéticos, a maioria destes doutos impede, por razões óbvias, a um leitor atento, que sejam colocadas em cheque suas bases de saber, nem sempre sólidas. Este

pergunta é colocada neste momento: o que é arquitetura? A falsa ideia de que a arquitetura seja a-histórica é colocada nas salas de aula e nos manuais quando tentam colocá-la em relação de autonomia do ser social que a produziu. Esta argumentação é coercivamente colocada dentro de um limitadíssimo campo de reprodução social. Não devemos considerar que a essência de homem seja o mundo capitalista que vivemos hoje, nem o interesse autônomo como pregam muitos agnósticos, nem tampouco o exercício livre de vertentes artísticas. A ideia de que há no homem uma essência qualquer que seja para produzir espaços arquitetônicos para si e espaços urbanos para o social só pode ser comprovada a partir de considerações ontológicas. A hipotética resposta para definir ou conceituar arquitetura só pode nascer a partir deste campo: a ontologia.

Enfaticamente, no intuito de superação de nossa tradição cultural ocidental, desde os helenos até hoje, consideramos que a atuação da arquitetura como ferramenta de emancipação humana só poderá ser possível a partir da discussão e análise dialética e hermenêutica de novas categorias metafísicas e físicas, que tenham autonomia epistemológica diante desta divisão precária do ser em si. A arquitetura só existe a partir da sua construção, ou seja, a partir da transformação da natureza e de sua construção. Neste sentido, o trabalho é uma categoria primordial para existência da arquitetura. Poderíamos ainda considerar

mimesis como outra categoria, mas sua existência já nasce dentro de uma condição social histórica, da mesma forma que outras pseudo-categorias anteriormente colocadas pelos teóricos: beleza, harmonia, forma, relação, métrica. Assim sendo, o trabalho é a categoria primeira para a antologia da arquitetura.

Há tomadas de consciências quando se fala de arquitetura? Qual é a razão de ser da arquitetura e de quem a faz? Quem faz arquitetura? Estas são outras questões que devem ser colocadas e que a análise ontológica da sua categoria inicial pode responder. Há ainda variáveis à compreensão desta problemática ontológica: as condições históricas de compreensão da categoria de trabalho e de produção da arquitetura e do ser que a produz. A relação dialética entre o ser o trabalho e a obra arquitetônica é chave para a arquitetura enquanto ferramenta de emancipação humana. Posto estas questões iniciais, partiremos à análise inicial.

Nossas considerações ontológicas são muitas. Qual a essência da arquitetura? A nossa tendência seria antes de tudo dizer que a arquitetura é o abrigo do homem. Contudo, o sentido de proteção é natural dos seres vivos, não dos homens apenas. Os ninhos dos pássaros, as cavernas de animais e as próprias metamorfoses da natureza demonstram que o abrigo, a proteção, a reprodução e a vida são

parte da essência da arquitetura. Apesar do exposto, usar a natureza já formada não é produzir nada; é usá-la como algo pré-existente. Para poder haver arquitetura é necessário o trabalho. E neste sentido, arquitetura é todo o espaço construído a partir do trabalho: do habitar, do construir e do pensar, concomitantes.

Questionamo-nos sobre qual o momento predominante para existência da arquitetura no movimento da totalidade social, que faz surgir uma arte ou arquitetura como complexo social, que responde às necessidades humanas é uma questão que gostaríamos de responder. Com o devido exposto, o que podemos enfatizar é que o esforço atual de anamnesis historiográfica que fazemos não constitui uma certeza de consciência social nem de emancipação de consciência das classes profissionais, em especial dos arquitetos e urbanistas. Concluímos que ao contrário do que podem pensar alguns, a força dos mitos nos conduz de forma avassaladora e nos desorienta assustadoramente.

REFERÊNCIAS

ABREU e LIMA, Fellipe de Andrade. **A Tradística do Renascimento - 1452**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.

ALBERTI, Leon Battista. **On the art of building**

- in ten books.** Translated by Joseph Rykwert, Neil Leach and Robert Tavenor. MIT Press, Cambridge/Massachusetts and London/England, 1988.
- _____. **L'Architettura.** Traduzione di Giovanni Orlandi. Introduzione e note di Paolo Portoguesi. Milano: Edizioni Il Polifilo. 1989.
- ARISTÓTELES. **Os Pensadores.** São Paulo: Nova Cultural. 1997.
- CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo.** São Paulo: Perspectiva, 1985.
- CHOISY, Auguste. **Historia de la arquitectura.** Buenos Aires: Victor Lerú, 1951.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.** São Paulo: Perspectiva, 2007.
- GRAEFF, Edgar. **O edifício.** São Paulo: Projeto, 1979.
- HEGEL. G. W. F. **Cursos de Estética.** São Paulo: EDUSP, 2000.
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- JACOBS, David. **Architecture.** New York: Newsweek Books, 1974.
- KOSTOF, Spiro. **The city shaped. Urban patterns and meaning through history.** New York/Boston/Londres: Bulfinch Press, 1991.
- _____. **El arquitecto:** historia de una profession. Madrid: Catedra, 1984, p. 13. Tradução nossa.
- LEFÈVRE, André. **Les merveilles de l'architecture.** Paris: Librairie Hachette, 1984.
- LISE, Giorgio. **Como reconhecer a arte egípcia.** São Paulo: Martins Fontes. 1985.
- LOOS, Adolf. **Gesammelte Schriften.** In: **Der Andere,** 1909.
- MARTIN, Roland. **Architecture of the world: Greece.** Hamburg: Taschen, 1990.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na História.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Norberg-Schulz, Christian. **Arquitectura Occidental.** Barcelona: Gustavo Gili, 1983.
- PLATÃO. **A República.** Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- RYKWERT, Joseph. **A Casa de Adão no Paraíso. A idéia da cabana primitiva na história da arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

SILVA, Elvan. **O imaginário do ofício na Arquitetura**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Porto Alegre, 2005.

UNIACK, G. **De Vitruve a Le Corbusier**: textes d'architectes. Paris: Dinod, 1968.